

Centralidade, valor e capitalismo

Rodrigo Paulo Pantoja¹

Resumo: a teoria marxista depois da queda do Muro de Berlim em 1989 tem sido atacada e descredenciada como instrumento de análise e abordagem da sociedade e da história. Este trabalho visa por em evidência a categoria trabalho, como a principal categoria de análise da teoria marxista, buscando a sua centralidade. O artigo fará um breve passeio sobre a abordagem filosófica, assim como a atualidade fática da categoria trabalho, sua crise, superação e seu reposicionamento no mundo atual. Dentro deste contexto serão desmistificadas algumas críticas que se evidenciam como improcedentes. No entanto, o principal elemento de análise será a abordagem da categoria trabalho, como chave de análise de toda a Economia Política, sendo o fundamento da riqueza da ordem burguesa, que é o valor.

Palavras-chave: economia política marxista, trabalho, capitalismo e valor.

Marxist theory later after the fall of Berlin in 1989 has been attacked and discredited as an instrument of analysis and approach to society and history. This work aims at in evidence by job category, as the primary category of analysis of Marxist theory. the article will make a brief stroll on the abording philosophical as well as the present factual category of work, its crisis, and overcoming its repositioning in the world today. within this context will be demystified some criticisms that were seen as unfounded. However, the main element of analysis is the approach of job category, as a key to the whole analysis of political economy, being the foundation of the wealth of the bourgeois order, which is the value.

keyword: Economy Marxist politics, labor, capitalism and value.

¹ Auditor Fiscal da Secretaria da Receita Estadual da Paraíba.

APRESENTAÇÃO

O presente estudo busca delimitar e localizar a categoria trabalho na concepção marxista, opondo-se a vulgarização desta que procura reduzir todo o ser social a essa categoria. Longe de encerrar categoricamente, o estudo visa propor uma discussão mais aprofundada ao debate, a fim de resgatar o legado de uma fecunda filosofia que marcou e influenciou estudiosos pelo mundo inteiro, assim como de movimentos sociais e revoluções desde o século XIX. Dada a importância de tal teoria para história, assim como para o futuro da sociedade, se faz necessário aprofundar o estudo e atualizar a teoria marxista, pondo a categoria trabalho na centralidade da análise.

Historicamente isso se explica antes de tudo devido ao que aconteceu na Segunda Internacional no final do século XIX, em que a teoria marxista foi simplificada, reduzida a um determinismo econômico e a uma doutrina fatalista da história, tudo isto com o intuito de se fazer propaganda junto à classe operária que explodia como movimento de massa na Europa. Na época, os autores faziam associações do marxismo com o darwinismo, dando um caráter eminentemente positivista. Neste quesito, a internacional foi de fato um sucesso, a idéia do socialismo chegou aos quatro cantos do mundo, saindo da Alemanha, que a época era o país onde movimento operário e as teses socialistas tinham maior força, expandindo-se pela região Báltica, Polônia, Rússia, Japão, China, Estados Unidos, Austrália, Inglaterra, Itália, América Latina, França e etc.. Os textos que difundiam o socialismo no mundo não eram os de Marx e Engels, eram na sua maioria dos seguidores do socialismo, como Bebel, Kautsky, Lafargue, muitas vezes o socialismo era difundido pelos próprios críticos do socialismo e pela literatura que se identificava com o movimento operário. O Capital, por exemplo, lia-se apenas a chamada parte histórica. O líder socialista na América do Norte do Partido Socialista, Eugene V. Debs, confessa que Marx deixava-o frio e preferia a leitura Kautsky. William Morris por sua vez declarou: “ Procurei... estudar o aspecto econômico do socialismo e até enfrentei Marx, porém devo confessar

que, se apreciei plenamente a parte histórica do Capital, meu cérebro conheceu o medo do caos, ao ler parte puramente econômica dessa grande obra”.

Antônio Labriola, por sua vez, indagava naquela época, “fora da esfera dos amigos e colaboradores, dos discípulos fiéis e dos seguidores próximos, os escritos de Marx e Engels foram inteiramente lidos por alguém?”.

Atualmente não é muito diferente, muitos dos críticos do marxismo não leram as obras de Marx e Engels, recusando se a debater sobre esses autores nas academias. Preferem ficar com a idéia simplista, positivista e reducionista do marxismo como determinismo econômico, da forma que foi propagado pela Segunda Internacional.

A razão principal do descrédito do marxismo se deve a conjuntura política mundial dos anos 90 com a derrocada do assim denominado bloco Socialista Real, que desacreditou, tanto no plano político como acadêmico, as idéias do marxismo. No plano político o mundo foi varrido por uma avalanche de políticas neoliberais com a tão propalada “vitória” do capitalismo sobre o “comunismo” e o tão propagado “fim da história”, em que a globalização seria a nova panacéia para os problemas da pobreza e desigualdade no mundo, decretando o fim da luta de classes e harmonia entre elas.

Existe, além deste fator político, o econômico, que desde a década de 1970 com a modificação do padrão de acumulação capitalista do modelo fordista e para modelo toyotista, assim como, a desregulamentação dos mercados financeiros com o fim do Breton Woods, e também a terceira revolução industrial com a microeletrônica, este conjunto de fatores solaparam as formas anteriores de trabalho. Este sofreu mutações dentro do sistema, que levaram aos críticos pós-modernos a sentenciarem o fim da centralidade do trabalho e a superação da teoria valor-trabalho.

Neste contexto, no plano acadêmico, o marxismo perdeu totalmente o crédito, sendo afastado das pesquisas nas ciências sociais e econômicas, ficando reduzido a alguns centros. Pois a categoria trabalho seria relacionada ao fim do projeto da modernidade, como sinônimo de trabalho manual industrial, surgindo dos escombros da modernidade as sociedades pós-industriais ou pós-capitalistas.

Deve-se deste modo, analisar os conceitos de trabalho no marxismo, assim como a sua atualidade, a fim de que se possam construir categorias que sejam adequadas ao mundo atual. Inicia-se com o conceito filosófico, depois segue-se análise na economia política categoria trabalho como fundamento da riqueza capitalista, em seguida discorre-se sobre a atualidade da categoria trabalho.

ONTOLOGIA DO TRABALHO

Na teoria de Marx há um pressuposto único, os homens necessitam para existir retirar da natureza recursos, transformando-a constantemente, este processo denomina-se trabalho. Essa é uma condição inexorável do homem, jamais o homem poderá viver sem interagir com a natureza, o trabalho é a base da existência do homem.

Veja-se como o próprio Marx conceitua o trabalho, “... é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a natureza. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas e animais, de trabalho. Pressupomos o trabalho numa forma que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção de favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma de matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural, o seu objetivo. ... Os elementos simples do processo de trabalho são a atividade orientada para um fim ou o trabalho mesmo, seu objeto e seus meios. ... O processo de trabalho é a atividade a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal entre o metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, comum a todas as suas formas sociais”

O trabalho é um processo complexo de ações que possui aspectos diversos, a saber: 1) a necessidade primeira concreta, por exemplo, cortar uma madeira, esse seria um fundamento material último, um aspecto objetivo, uma necessidade material; 2) a prévia-ideação, há diversas formas de cortar a madeira (com uma pedra, fazer um facão etc.), o sujeito projeta na sua consciência o resultado de cada alternativa, julgando a partir daí a maneira mais conveniente a fim de atender sua necessidade concreta(cortar a madeira); 3) a objetivação, que é a realização do objeto da prévia-ideação (construção do facão), o resultado é sempre a transformação da realidade, esse é um elemento totalmente novo, ontologicamente diferente do homem, o objeto possui

uma existência totalmente independente do indivíduo que o criou, ele entra no mundo das causalidades.

Há um aspecto subjetivo muito importante no trabalho, Marx diz que o que diferencia o trabalho humano do dos animais é exatamente a prévia-ideação, o trabalho da abelha e da formiga é determinado pela genética, instintivo, o do homem é diferente, a ação e os resultados são projetados anteriormente na consciência, por intermédio de idéias. A importância dada por Marx à subjetividade o diferencia de todo o materialismo anterior a ele. Ainda, no processo de objetivação o indivíduo modifica-se, isto por que ele adquire, em ato, novos conhecimentos e habilidades. Então do início do processo até a construção do objeto o indivíduo se transforma também.

O aspecto objetivo é o surgimento do objeto, que é, como foi dito anteriormente, ontologicamente distinto da idéia e, portanto, do indivíduo que o projetou, no mundo, estabelecendo com esse uma nova relação, interferindo e modificando, independentemente do grau, a totalidade da sociedade, tornando-se uma causa na rede de causalidades preexistentes. Neste momento, esta nova causalidade engendra necessidades anteriormente inexistentes, dando início a um novo processo, ou seja, as necessidades são ilimitadas, o trabalho sempre põe novas necessidades. Por isso Lukács, coloca que o trabalho é central no desenvolvimento da história, ele está sempre forjando o novo.

Neste processo, ainda, segundo Lukács, a idéia prévia nunca é totalmente coincidente com o objeto final, isso se deve a três fatos, a saber: antes de tudo há quantum de acaso na objetivação, não se sabe ao certo como se comportará um material transformado em objeto; ao criar um objeto novo, a objetivação insere o objeto numa teia de causalidades que as conseqüências são imprevisíveis em sua totalidade, o conjunto desses dois forma o que Lukács denomina de “período de conseqüências”. Um terceiro fator é que o sujeito modifica-se também devido a esse período de conseqüências, pois, também, a prévia ideação transforma-se com a ação de retorno das conseqüências da objetivação, ou seja, o plano anterior é constantemente modificado no decurso da objetivação.

O trabalho, no entanto, deve ser analisado em articulação com outras categorias, isto por que não existe um indivíduo isolado, não se trabalha sozinho, mas em sociedade. Desta forma, deve-se fazer a mediação entre as categorias trabalho, sociabilidade e linguagem, elementos do complexo de complexos do ser social. Algo

que foge muito do intuito deste artigo. Este é o aspecto filosófico da categoria trabalho em Marx, que a utilizará como crítica a economia política que o precedeu, enriquecendo de novos conteúdos específicos da ciência da economia política.

TRABALHO PARA A ECONOMIA POLÍTICA DE MARX

Inicialmente, a mercadoria é um objeto, uma coisa que possui o sentido satisfazer uma necessidade humana qualquer. Esta pode ser necessidade de vestir, habitar, comer ou até mesmo como matéria-prima, enfim uma necessidade imediata ou mediata de consumo humano. Desta forma, as utilidades de coisas diferentes são satisfeitas por coisas úteis, que é uma condição de toda a mercadoria. Um celular, um carro, uma televisão, um microondas são coisas que atendem necessidades diferentes. As naturezas de tais coisas acima citadas determinam a utilidade de cada coisa.

No entanto, amitriptilina, medicamento que servia para o tratamento de depressão, atualmente também está indicado para neuropatia diabética. O significado disto é que a evolução da medicina proporcionou esta nova utilidade para tal medicamento. Em outras palavras, a utilidade das coisas também é determinada historicamente pela sociedade.

Essa utilidade é perceptível pelos sentidos, é imprescindível a existência da materialidade do objeto. Não importa se esses objetos são frutos diretos ou indiretos do trabalho humano, como o carvão, por exemplo, a riqueza está ali representada, enquanto houver o objeto.

O valor de uso ou bem são as coisas que satisfazem necessidades humanas imediatas ou mediatas, não importando a quantidade de trabalho usado no processo de sua produção.

O valor de uso tem um aspecto qualitativo, pois representa qualidades úteis distintas, o valor de troca possui o aspecto quantitativo numa relação de troca. Trocam-se um valor de uso de um tipo por valor de uso de outro tipo, qualidades diferentes, não se troca 1 camisa por outra de mesmo tipo, troca-se camisa por sapato. Na relação de troca, a mercadoria X para seu possuidor não tem nenhum valor de uso, o mesmo acontece com o outro pólo da relação de troca, ambos os valores de troca devem ser distintos.

Por outro lado, a mercadoria apresenta valor de troca, que aparece de forma quantitativa na relação de troca, é uma proporção entre os bens ou valores de uso que se trocam. Na equação, 5 sapatos = 10 camisas se estabelece uma proporção definida entre dois valores de uso. O valor de troca de 5 sapatos corresponde a uma quantidade

de 10 camisas, sendo o inverso também verdadeiro. Esse valor varia com o tempo e o lugar, podendo modificar-se para 3 sapatos = 10 camisas, logo esta categoria denota algo relativo. Além disso, os sapatos podem ter seus valores de troca representados em outras mercadorias, como por exemplo,

5 sapatos = 2 relógios,

5 sapatos = 10 bermudas

5 sapatos = 2 televisões

e enfim, a mercadoria terá tantos valores de troca quanto o número de mercadorias intercambiáveis existirem. Logo, o valor de troca não é a categoria que traduz a medida social pela qual a troca no mercado seja possível e racional, em que as mercadorias possam ser reduzidas a uma unidade em comum, que seja comensurável. Marx conclui que as mercadorias expressam algo igual, sendo o valor de troca um modo de aparição de um conteúdo distinto.

Infere-se isto da própria fórmula do valor de troca das mercadorias: 5 sapatos = 10 camisas, o que os faz igualar? Viu-se que o valor de uso não se presta a isso, pois esses valores são diversos, não se relacionam, são qualitativamente diferentes. Além disso, o valor de uso expressa necessidades diferentes, que não são comensuráveis, não podem ser reduzidas a uma unidade comum, a fim de igualá-las na troca. Logo, segundo Aristóteles, a troca está relacionada a quantidades, pois somente no âmbito desta categoria é que objetos diferentes entre si podem ter uma igualdade, em outras palavras, a igualdade é o fundamento da troca. Os objetos da troca devem ser reduzidos a algo em comum entre eles.

Neste diapasão, deve-se inicialmente abstrair os valores de uso dos objetos a fim de reduzi-los ao que Marx denomina de “gelatina comum”. Uma crítica que se faz a Marx é que o que existe em comum nas mercadorias é exatamente a necessidade humana e não o trabalho. Como foi exposta acima, a improcedência desta crítica revela-se no momento em que Marx retira o valor de uso da possibilidade de ser medida comum, pois este, dada a sua incomensurabilidade e tratar-se de qualidades diversas, não pode ser o fundamento da medida social, ou seja, do valor. Por isso, ele busca o que há de comum a posteriori de um processo de abstração dos valores de uso, ou seja, da necessidade humana em suas mais variadas formas. Marx não nega que a necessidade humana é o que a de comum em todas as mercadorias e produtos, pois sem ela esta não existiria, corroborando, assim o caráter dual da mercadoria, como valor de uso e valor. Um objeto pode ser valor de uso sem ter valor.

O valor, portanto, é essa medida social que iguala os diversos, é uma categoria dialética por excelência, pois expressa as diversas faces que adquire no movimento do conhecimento da realidade. O valor seria a propriedade ou capacidade de algum objeto de ser trocado por outro da mesma magnitude, expressando as relações dentro de uma sociedade mercantil ou capitalista. Então, inicialmente o valor é essa capacidade de trocar, poder de compra, resíduo do processo de redução de todos os valores de troca de uma mercadoria. Retirando o valor de uso, primeiramente, restam das mercadorias proporções e quantidades em que estas são trocadas. Marx procura com isso o que há de comum, observa neste momento que o trabalho abstraído de conteúdos específicos, como pura energia humana desprovida de diversidade, citando diretamente ele;

“nada deles restou senão uma mesma objetividade fantasmagórica, uma mera gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, o dispêndio de força de trabalho sem ter em vista a forma de seu dispêndio.”

Na verdade não é que o trabalho abstrato não possua nada de qualidade, a dimensão qualitativa deste se caracteriza por ser energia de trabalho e quando posto numa relação de troca, os dois pólos desta são de mesma qualidade, por isso equiparado ou igualado pela quantidade.

Neste momento, a categoria expressa é o de trabalho humano abstrato ou trabalho humano geral, a terminologia depende do texto, se for os Grundrisse usa-se trabalho humano em geral, se for o Capital trabalho humano abstrato. Revela-se, então uma dualidade da própria categoria trabalho. Por um lado, trabalho útil ou concreto, que engendra valores de uso, posto como condição de existência humana. Isto se deve ao caráter fundante da existência material do homem do trabalho útil ou concreto, sendo condição para todas as épocas da história da humanidade, fornecendo através da relação metabólica com a natureza os produtos que satisfazem as necessidades humanas.

O trabalho útil ou concreto é um complexo dos diversos conteúdos de trabalho, ou seja, é trabalho diferenciado, enriquecido das mais variadas formas de trabalho existentes na sociedade. Este se caracteriza por produzir valores de uso, é o aspecto qualitativo do trabalho que satisfaz necessidades úteis, seria, por exemplo, o trabalho de um pintor, de um engenheiro, de um pedreiro e etc. É a base material necessária do outro tipo de trabalho(abstrato) sem o qual este não existiria, ocasionada pela troca, que exige valores de uso contrários, por exemplo, se A é produtor de sapato e B é

produtor de camisa, o sapato para A não representa valor de uso, mas apenas para B, assim como, a camisa não tem valor de uso para B e sim para A.

O valor uma medida social que equipara todas as mercadorias entre si, tendo como fundamento o trabalho abstrato ou geral, deve ser medido pelo quantum da substância que o engendra. O quantum de trabalho abstrato mede a grandeza do valor. O quantum trabalho abstrato por sua vez é medido pelo tempo, que se manifesta pelas suas unidades de tempo, tais como semanas, mês, dias, horas e etc. A magnitude do valor é fornecida pelo tempo de trabalho socialmente necessário, que Marx conceitua da seguinte maneira:

“o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais, existentes, e com grau social médio de destreza e intensidade do trabalho”.

Não se pode inferir a partir daí que se a magnitude do valor é determinada pelo quantum de trabalho gasto no processo de produção, um homem sem destreza e desidioso produz uma mercadoria de valor maior por levar mais tempo de trabalho que o normal. Marx versa da seguinte maneira: “... o trabalho que forma a substância do valor é o trabalho igual, dispêndio da mesma força humana de trabalho.” Em outra passagem: “... cada uma dessas forças de trabalho individuais é tão força de trabalho quanto a outra, na medida em que possua o caráter de força média de trabalho social e, como tal, ponha em operação uma força média de trabalho social, precisando, assim, para a produção de uma mercadoria, tão somente do tempo de trabalho necessário na média ou socialmente.”

A introdução de novas tecnologias ou técnicas de produção reduzem esse tempo médio, assim segue-se o próprio exemplo que Marx no Capital: “... tear a vapor na Inglaterra, por exemplo, bastava talvez metade do trabalho de antes para transformar uma determinada quantidade de fio em tecido. De fato, o tecelão manual inglês precisava do mesmo tempo de trabalho de antes para essa transformação, mas no produto de sua hora de trabalho individual se apresentava agora tão somente meia hora de trabalho social, caindo para metade, por isso, do seu antigo valor.” Ou seja, a cada nova tecnologia a média do trabalho social cai.

Caso o tempo de trabalho permanecesse constante, a grandeza de valor seria constante, mas variam de acordo com a força produtiva do trabalho que depende basicamente das seguintes condições: o grau médio de habilidade dos trabalhadores ou sua qualificação; o investimento em ciência e tecnologia aplicada à produção; a

riqueza de recursos naturais; a quantidade e a qualidade dos meios de produção, investimentos em transportes e comunicação, infra-estrutura; entre outros. Resumindo quanto maior a força produtiva do trabalho social menor é tempo social para se produzir as mercadorias e menor é o valor destas.

Retomando o caráter duplo do trabalho, deve-se explicar de forma mais detalhada a natureza do trabalho. Observando as duas mercadorias, sapato e cadeira, esta tem 2 vezes o valor do sapato. A primeira possui um valor de uso diferente da segunda, pois ambas satisfazem necessidades distintas. O trabalho que origina os dois valores úteis são também trabalhos distintos com finalidades distintas, qualitativamente distintos (indústria de calçados e indústria de moveis). Essa é uma condição necessária da troca, ou seja, caso não fossem qualitativamente diversos, a cadeira e o sapato, não seriam objetos de troca. De outra forma, não se trocam necessidades iguais, pois , por exemplo, o produtor de sapato não entraria na troca se no outro pólo da troca houvesse sapatos de mesma qualidade, ou seja, não se trocam valores de uso iguais. Hipoteticamente os sapatos se trocam por sapatos, seria o caso de um sapato, por exemplo, preto por outro branco, aí também seriam valores de uso diversos.

Assim como existem uma variedade de valores de uso, há também uma variedade de trabalhos úteis que originam esses valores de uso. A divisão social do trabalho fica evidenciada a partir desta multiplicidade de trabalhos, tornando-se desta forma condição necessária para o mercado. O inverso, porém não é verdadeiro, ou seja, o mercado não é condição necessária para a divisão do trabalho, como exemplifica o próprio Marx: “ na comunidade indiana antiga o trabalho é socialmente dividido, sem que os produtos se tornem mercadorias. Ou, um exemplo mais próximo, em cada fábrica o trabalho é sistematicamente dividido, mas essa divisão não é mediada pelo fato dos trabalhadores trocarem seus produtos individuais.” Em outras palavras pode existir divisão social de trabalho, mas não o mercado, aquela é condição necessária, porém não suficiente para o mercado. Para que tal se realize deve existir uma divisão social específica, como próprio Marx versa “ apenas produtores de trabalhos privados autônomos e independentes uns dos outros se defrontam como mercadorias”. Assim, somente baseados na propriedade privada os produtores estabelecem as trocas comerciais, dando origem ao mercado.

Abstraindo-se o trabalho útil ou concreto das mercadorias, resta apenas matéria bruta oriunda da natureza. A riqueza material ou os valores de uso, desta forma,

também, são determinados pelo mundo natural. “ O trabalho é o pai e a terra a sua mãe” já versava William Petty, citado por Marx no Capital. Logo, fica claro que a riqueza no sentido material para Marx é ocasionada também pela natureza e não apenas pelo trabalho.

Analisando a mercadoria como valor, percebe-se que um outro tipo trabalho, que não seja o útil ou concreto, é a fonte deste tipo de riqueza. Este é o trabalho humano em geral ou abstrato, que desprovido de todas as suas qualificações específicas e de finalidades, sendo apenas uma energia humana pura. Abstraindo as formas úteis de trabalho, como a indústria de calçados ou a de móveis, resta apenas puro dispêndio de força humana, fisiológica do homem, utilizando todo arsenal de órgãos que se prestam a despendar energia, tendões, ossos, sangue, músculos, cérebros e mãos, enfim, todo o seu metabolismo.

Portanto, é trabalho humano simplesmente que é fonte de valor, trabalho que um ser humano médio é capaz de produzir, ou um trabalhador médio é capaz de produzir. Média esta que varia de acordo com o desenvolvimento civilizatório e ,assim, o estágio de progresso em que se encontra a sociedade. Atualmente, dada a exigência da indústria pela qualificação, a média do trabalho simples aumentou. No entanto, o trabalho simples sempre é determinado numa dada sociedade. Assim o trabalho complexo é conceituado como trabalho simples multiplicado. Desta forma, o trabalho complexo pode ser dividido em quantuns de trabalho simples, o tempo do trabalho complexo representa quantuns de tempo de trabalho simples. Esta redução verifica-se na medida em que trabalhos complexos são trocados por trabalhos simples no mercado, quando mercadorias de ambos entram numa relação mercantil.

Entendido que o valor das mercadorias é oriundo do trabalho abstrato, sendo este uma categoria quantitativa, a sua grandeza é determinada pela quantidade de trabalho simples médio, medido pelo tempo de sua duração. Quanto maior o tempo necessário para produção de determinado valor de uso, maior será o seu valor, caso se mantenha a produtividade do trabalho. Caso a produtividade do trabalho eleve-se em dobro, o mesmo tempo de trabalho produzirá 2 cadeiras ao invés de 1, que conterão a mesma quantidade de trabalho do que a situação anterior a elevação da produtividade. O trabalho útil foi de fato afetado, assim como, os valores de uso, o primeiro fica claro que ele produz na mesma unidade tempo duas cadeiras ao invés de uma, quanto aos valores de uso cresce a sua massa proporcionalmente a elevação da produtividade do trabalho útil. Duas cadeiras servem a duas pessoas, mais que do que uma cadeira que

serve apenas a uma pessoa. Em outras palavras, houve uma elevação proporcional de riqueza material, duas cadeiras ao invés de uma, no entanto no exemplo acima não houve acréscimo da quantidade de trabalho, entendido este como força humana empregada. A mesma quantidade de trabalho médio produziu, com a elevação da produtividade, a mesma grandeza de valor, o mesmo dispêndio de energia humana produzirá o mesmo valor. Porém, no caso em tela, o valor encarnará em uma massa maior de valores de uso. Logo, a produtividade torna o trabalho útil ou concreto mais ou menos pobre como fonte de valores de uso ou riqueza material. No entanto, o valor por unidade de valor de uso cai com o aumento da produtividade, no exemplo anterior, a elevação em dobro da produtividade do trabalho diminui em duas vezes o valor por unidade de mercadoria, o valor da cadeira cai pela metade, pois foram produzidas duas cadeiras e não mais uma. Fica demonstrada, assim, a contradição entre o trabalho abstrato e o trabalho útil, pode-se aumentar este permanecendo constante aquele, o trabalho útil pode ficar mais pobre ou mais na produção de valores de uso e o trabalho abstrato não se alterar.

A FORMA DE VALOR OU VALOR DE TROCA

Neste momento, a análise deve se voltar para as formas de valor ou valores de troca. Conhecido o valor na sua gênese, uma volta às formas essenciais do valor se faz necessário a fim de se compreender a natureza total do valor. Marx, por meio de uma digressão, percorreu a história das trocas, não se preocupando em descrever a história exatamente, procurando, apenas, estabelecer as categorias e traços essenciais das formas de valor. Tudo isso para demonstrar que o valor já existia nas formas mais simples de escambo e evolui das contradições das formas de valor, assim como, da contradição entre o valor de uso e o próprio valor. Logo, a demonstração de que a natureza do valor já estava na forma simples, desvenda a forma mais evoluída de valor, o dinheiro. Este é a representação do valor na sua forma mais pura.

As mercadorias surgem no mundo, apenas, de forma dual, como valores de uso e como valor de troca. Esta maneira de aparecer ao mundo não revela imediatamente o valor destas. Este não é uma propriedade natural das coisas, como bem entende Marx, o valor "... é uma obra humana na sociedade, é uma categoria social, a sua objetividade só possui sentido dentro da sociedade mercantil, onde há troca". Ou seja, o valor de uma mercadoria só existe de fato em relação à outra mercadoria, apesar do fundamento do valor ser o trabalho abstrato, este não se confunde com valor, que é uma categoria relacional, que representa uma relação. E na medida em que, Marx discorre por traços

fundamentais das diversas formas de expressão do valor, ele busca a natureza do valor como categoria, que expressa a relação entre os homens. E desvendando a forma dinheiro, ele estabelece a demonstração do elo de igualação, que Aristóteles buscava, nas relações de troca. Começando pela forma simples de valor.

A FORMA SIMPLES DE VALOR

OS DOIS POLOS DE EXPRESSÃO DE VALOR: FORMA DE VALOR RELATIVA E FORMA EQUIVALENTE

Partindo do exemplo do sapato e da cadeira, a equação:

$$2 \text{ sapatos} = 1 \text{ cadeira.}$$

O valor do sapato é expresso por certa quantidade de valor de uso da cadeira. São quantidades determinadas de valor de uso (sapato e cadeira) que se contrapõem nesta relação de troca. A mercadoria que expressa seu valor na outra é denominada de forma relativa de valor, o pólo ativo da expressão de valor. A mercadoria que representa a expressão do valor relativo é a forma equivalente, o pólo passivo da expressão de valor. Estes pólos são inseparáveis, um não existe sem o outro, se condicionam. A depender da posição na equação de expressão do valor, os pólos podem se inverter, deste modo, dependerá de qual mercadoria se quer representar na expressão de valor.

Não é possível, no entanto, que mercadorias de mesmo valor de uso se contraponham numa expressão de valor, $2 \text{ sapatos} = 2 \text{ sapatos}$, seria uma tautologia grosseira. Tem que haver valores de uso distintos para se estabelecer um modo de expressão de valor, pois este é a maneira de se igualar os diferentes numa relação de troca. Como já foi dito não se trocam sapatos de mesma espécie, os valores de uso devem ser distintos. O valor de um valor de uso tem que se expressar em um valor de uso distinto, este cede a sua materialidade para expressar o valor da primeira mercadoria.

Fica evidente que duas mercadorias, postas em dois pólos de uma relação de troca, devem ser reduzidas a algo em comum. Aristóteles argumenta que o fundamento da troca é a igualdade, devendo esta ter uma dimensão quantitativa, pois em uma troca se estabelecem comparações entre os pólos da relação, não sendo possível equivaler coisas distintas. Para ele, o valor seria essa comparação.

Retornando para a análise da forma simples, a forma relativa expressa seu valor em um equivalente. Diante disto, em que consiste a equivalência da forma equivalente? O seu fundamento é o valor, é por ser também portador de valor que a

forma equivalente tem o poder de expressar valor. Todas as mercadorias devem ser comensuráveis e reduzíveis a uma unidade em comum. Desvela-se, deste modo, que o valor é uma categoria relacional, ou seja, só há sentido o valor de uma mercadoria quando este é expresso em outra mercadoria. Os sapatos possuem mais significado dentro da relação de troca do que fora dela, pois fora significam apenas sapatos e não mercadorias portadoras de valor.

Desanuvia-se o caráter misterioso do equivalente, que aparece para a sociedade como um poder próprio do seu valor de uso, ou seja, o ouro seria o representante do valor, o equivalente, por ser ouro e não por representar o valor como oriundo do trabalho abstrato. Frisando, novamente, todo equivalente tem valor.

A forma relativa, no entanto, não é adequada para expressão de forma inequívoca da real grandeza de valor. Ou seja, como a grandeza de valor é medida pelo tempo de trabalho abstrato, alteração nesta quantidade não representa necessariamente uma correspondência no seu valor relativo. Exemplificando, os tempos de trabalho variam numa mesma proporção e sentido, no caso do sapato e da cadeira, que se trocam da seguinte maneira $2 \text{ sapatos} = 1 \text{ cadeira}$. Se os tempos de trabalho dobrarem a proporção entre as duas permanecerá, apesar da quantidade de trabalho dobrar, dobrando o seu valor, o valor relativo continuará representado assim, $2 \text{ sapatos} = 1 \text{ cadeira}$.

A forma relativa de valor simples mostra-se insuficiente na medida em que a linguagem do valor fica reduzida a apenas um valor de uso. Impedindo o devir do desenvolvimento do intercâmbio entre as mercadorias. Esta forma simples é a representação essencial do escambo, onde as trocas é obra do acaso, logo o valor é ainda algo germinal que necessita de um valor de uso para representá-lo.

A FORMA TOTAL, EXTENSIVA OU DESDOBRADA DO VALOR

A insuficiência da forma simples de valor é superada, passando para a forma desdobrada de valor. A diferença essencial é que na forma simples a troca é entre duas mercadorias, forma relativa é expressa apenas em uma outra mercadoria singular. Na forma extensiva, a forma relativa é expressa nas diversas formas particulares de mercadoria, sendo fruto do maior desenvolvimento do mercado. Assim o trabalho que dá origem a essa forma de valor aparece como massa de trabalho humano homogêneo (Marx 2004). Assim, o trabalho que originou a mercadoria que expressa valor pode ser comparável aos outros trabalhos que existem na sociedade. Esta mercadoria não está

presa mais a uma mercadoria singular, como mercadoria agora é cidadã do mundo(Marx 2004). Não é mais um valor de uso que pode representar o valor, mas uma infinidade de valores de uso que existem no mercado que podem representá-lo. A equação é a seguinte:

2 sapatos = 1 cadeira
5 camisas
4 bermudas
10 kg feijão
5 kg tecido

O problema é que o valor relativo é uma série de valores equivalentes, tantos quantos forem às mercadorias que possam ser intercambiáveis. Apesar do valor não ficar restrito a apenas um único valor de uso, ele ainda é representado por uma infinidade de valores uso, a representação do valor não está completa, portanto inacabada. Assim, a forma de equivalente é um mosaico de valores de uso, excluentes um dos outros, os quais conseguem representar completamente o valor. Diante disso não se conseguiu uma representação do tipo de trabalho que seja comum a todos os outros, deixando para a diversidade das particularidades dos trabalhos úteis.

FORMA VALOR GERAL

O remédio para tal contradição é a exclusão do valor de uso do equivalente, transformando este em representante do valor como equivalente geral. Este será a mediação entre todas as trocas existentes no mercado. O produtor da cadeira irá aceitar os sapatos não para consumi-los, mas por que poderá intercambiá-lo por outra mercadoria. Ou seja, produtor irá aceitar o equivalente geral como o representante do valor de forma pura, não levando em consideração o seu valor de uso, pois esse é descartável, o que interessa é que ele representa o poder de compra em relação a todas as outras mercadorias de forma imediata, em outras palavras, o equivalente geral tem liquidez imediata.

As formas anteriores já distinguiam o valor das mercadorias de seu valor de uso. Na forma simples o valor era representado em um valor de uso de outra mercadoria, na forma desdobrada, o valor era representado por uma série de valores de uso existentes no mercado, ou seja, o valor da mercadoria tinha que ser representada por valor de uso, mesmo que de outra mercadoria. No caso da forma geral, os valores das mercadorias não são representados por valores de uso, pois a mercadoria destacada para ser o representante geral do valor perde completamente o seu valor de uso,

passando a ser denominada equivalente geral. Assim o trabalho humano geral é melhor representado no equivalente geral, pois este é o representante geral de valor, evidenciando que esta forma de trabalho é a gelatina (Grespan 2006) comum a todas as particularidades de trabalhos úteis. O equivalente geral deste modo é a encarnação do trabalho humano geral (Marx 2009), também é o poder de compra geral, sendo expressão ou representação geral das relações mercantis da sociedade.

A forma dinheiro nada mais é que a forma geral representada uma moeda metálica, no caso em Marx, foi representada pelo ouro. O ouro só aparece como equivalente geral por que antes era encarada como mercadoria por outras mercadorias. O conjunto social retira do ouro toda a sua forma de valor de uso para representá-lo como equivalente geral. Nas formas anteriores, era papel ativo do valor relativo representado por uma mercadoria específica sujeitar-se a uma representação de valor, ou seja, era na singularidade de relações que o valor se fazia representar. Agora, com a forma geral e o dinheiro é conjunto das mercadorias que se fazem representar no dinheiro a suas formas de valor.

Desvela-se o caráter enigmático do dinheiro, sendo este o representante geral do valor, é a própria sociedade que entrega ao dinheiro o seu caráter de equivalente geral. Fica demonstrado que não se devem aos atributos naturais do ouro ou de qualquer coisa que se faça como equivalente geral.

A forma preço, então, é uma forma de valor mediado pelo dinheiro, marx não se interessou em fazer uma teoria geral dos preços, ou seja, como eles se comportam na efetividade, apenas elaborou a teoria de valor que dava uma substância as formas de valor, incluindo os preços.

A contradição interna da mercadoria entre valor de uso e valor, sendo projetada externamente para o modo de expressão do valor, representado pelos pólos, valor relativo e equivalente. A suprassunção destas contradições internas e externas foi o motor da evolução das passagens das formas de valor ocasionando na forma geral e na forma dinheiro.

Desta forma, o dinheiro era demonstração da ligação existente, o que iguala as mercadorias no mercado, o valor. A descoberta da sua natureza desvenda o fundamento último das trocas. O que há de misterioso no dinheiro e nas mercadorias é que eles escondem o seu fundamento, as relações de trabalho e a divisão social de trabalho que está por trás de todo o mercado, os quais este não pode prescindir. Revelando, ainda, a

essência da riqueza capitalista, que como próprio Marx reverbera aparece como um mundo de mercadoria, que é o valor e o seu fundamento que é o trabalho.

O TRABALHO NA ATUALIDADE

Deve-se analisar a crise do trabalho no mundo capitalista e, por conseguinte, da suposta perda da centralidade do trabalho.

O trabalho como coloca Ricardo Antunes passa por metamorfoses que são as seguintes:

1) há uma desproletarização do trabalho fabril, industrial. Nos países de capitalismo avançado estima-se que na década de 40 a indústria empregava 40% da população economicamente ativa, atualmente esse número reduziu-se para 30%. Até o final do século estima-se que chegará a 25% ou 20% da população economicamente ativa a taxa de empregabilidade na indústria destes países. Isto se deve em parte ao quadro recessivo, porém o avanço da automação é a principal razão deste fenômeno. O aumento do capital constante em relação ao variável é o verdadeiro causador deste fenômeno, provocando desemprego estrutural, é a chamada alteração técnica na composição do capital, em que as máquinas e equipamentos substituem a força de trabalho. É importante ressaltar, que a despeito dessa desproletarização da indústria nos países avançados, houve um incremento do proletariado no mundo devido a um aumento substancial nos países da Ásia na indústria

2) uma outra tendência é a subproletarização, que é a precarização do trabalho nos países avançados, se expressando na queda dos empregos em tempo integral com mais proteção formal, por empregos temporários, parciais, terceirizado, subcontratado e outras tantas formas de trabalho vinculadas à economia formal.

3) uma terceira tendência seria o incremento do trabalho feminino, que é mais explorado pelo capital, aviltando ainda mais a condição do proletariado, pois além da exploração enquanto força de trabalho da mulher, há ainda a opressão do homem em relação à mulher que se acresce àquela, formando uma dupla exploração desta porção da força de trabalho.

4) a expansão das relações salariais nos serviços cresce de forma avassaladora nos países avançados, por exemplo, na Itália o setor terciário já representa 60% das ocupações, no EUA a expansão foi de 97,8% no período de 1980/1986. Alguns autores chegam a dizer que vive-se na sociedade pós-industrial e pós-capitalista, mas como

coloca Kurz, o caráter improdutivo destas atividades, no sentido de produção global capitalista, faz com que essas atividades sejam dependentes da acumulação do setor industrial, não possuindo uma autonomia de acumulação dos capitais.

5) por último, um paradoxo que aparece no mundo dos fenômenos do trabalho é a alteração qualitativa na forma do ser do trabalho. Por um lado, o capital impulsiona no sentido de maior qualificação do trabalho e, de outro, para uma maior desqualificação. Analisando o primeiro aspecto, é notória a exigência por parte do capital da qualificação em muitos setores da indústria, isso possibilita ao trabalhador nas unidades produtivas mais avançadas do que o Marx denominou de “supervisor e regulador do processo de produção”. No entanto a plena efetivação desse processo está bloqueada pela própria lógica do capital, que necessita de valorizar criando mais valor, que é fruto do tempo de trabalho socialmente necessário. Não será demais ilustrar com uma citação do próprio Marx, a saber, “o intercâmbio entre trabalho vivo por trabalho objetivado (...) é o último desenvolvimento da relação de valor e da produção fundada no valor. O suposto desta produção é, e segue sendo, a magnitude do tempo imediato de trabalho, a quantidade de trabalho empregado como fator decisivo na produção de riqueza. À medida, entretanto, que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregados, do que frente aos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, que por sua vez(...) não guarda relação alguma com o tempo de trabalho imediato que custa a sua produção, mas que depende mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação desta ciência à produção. (...) A riqueza efetiva se manifesta melhor -e isto revela a grande indústria- na enorme desproporção entre o tempo de trabalho empregado e seu produto, assim como a na desproporção qualitativa entre trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poderio do progresso vigiado por aquele. O trabalho já não aparece tanto como encerrado no processo de produção, senão que, melhor, o homem se comporta como supervisor e regulador em relação ao processo de produção mesmo. O trabalhador já não introduz o objeto natural modificado, como um anel intermediário entre a coisa e ele, mas insere o processo natural que transforma em industrial, como meio entre si mesmo e a natureza inorgânica, a qual o domina. Apresenta-se ao lado do processo de produção, em lugar de ser seu agente principal. Nessa transformação, o que aparece como pilar fundamental da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato executado pelo homem nem o tempo que este trabalha, senão a apropriação de sua força produtiva

geral, sua compreensão da natureza e seu domínio da mesma graças à sua existência como corpo social, em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social. O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual se fundamenta a riqueza atual, aparece como uma base miserável comparada com este fundamento, recém-desenvolvido, criado pela grande indústria. Logo que o trabalho em sua forma imediata deixar de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho, e tem de deixar, de ser a sua medida e, portanto, o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. O sobre trabalho deixa de ser condição para o desenvolvimento da riqueza social, assim como o não trabalho de uns deixa de ser condição para o desenvolvimento dos poderes gerais do intelecto humano. Com isso desmorona a produção fundada no valor de troca... Desenvolvimento livre das individualidades e, por conseguinte, tem-se a não redução do tempo de trabalho com vistas a criar sobre trabalho, mas, em geral, redução do trabalho necessário da sociedade a um mínimo, ao qual corresponde então à formação artística, científica etc., dos indivíduos graças ao tempo que se torna livre e aos meios criados para todos”.

Esse processo acima descrito é impossibilitado de efetivar-se de forma totalizante, devido justamente a lógica do capital, pois este é como um “vampiro” que bebe o sangue do trabalho vivo, que deve ser medido pelo tempo de trabalho. Logo, é uma contradição que existe no capitalismo que ao mesmo tempo ele reduz o tempo de trabalho, mas precisa dele para se valorizar!

Por outro lado, tem que se destacar a desqualificação de uma grande massa de trabalhos, que está em curso também em países avançados, pois representa em torno de 50% da população trabalhadora destes países, havendo desespecialização do operário fordista em nome do trabalhador multifuncional ou polivalente, rebaixando assim a antiga especialização qualificada que imperava antes.

Diante deste quadro de tendências, fica claro que os críticos da perda da centralidade do trabalho apóiam-se nesta metamorfose do trabalho com suas variantes e determinações específicas, em que novas formas de ser do trabalho emergem, outras desaparecem (trabalho intelectualizado, desqualificado, precarizado, terceirizado, no setor de serviços, trabalho produtivo e improdutivo e etc). Por a ciência como principal força produtiva indicaria que o capitalismo estaria superado, que aquilo que fundamenta o valor estaria abolido, mas infelizmente não é verdade. O capital conseguiu criar alternativa a redução da produção de mais-valia nos países desenvolvidos, expandindo-se para o terceiro mundo onde custo da força de trabalho é bem menor. E a principal saída foi criar um artifício, que a é a mundialização do

capital sob o comando do capital fictício, gerando bolhas financeiras com intuito de valorizar o capital, utilizando-se da forma dinheiro como crédito para fazer mais dinheiro, formando a fórmula fictícia D-D'. O neoliberalismo não foi apenas um erro ou uma “maldade” de pessoas ardilosas e inescrupulosas, mas antes disso foi uma necessidade imperiosa do capital se valorizar.

Existe de fato uma crise do trabalho, porém do trabalho abstrato, que vem perdendo a sua força na produção de valor e no desenvolvimento da produção. Por isso o aviltamento de grande parte da força de trabalho, tudo no afã de conter a queda nas taxas de juros, oriundas da queda da taxa de mais-valia, pois a mais valia relativa não consegue mais compensar os custos crescentes da alteração da composição orgânica do capital. O trabalho em sua forma concreta, útil como criador de bens e serviços, não passa por uma crise, mas apenas por uma reestruturação na maneira de ser. Utilizando o conceito de trabalhador coletivo, já conceituado por Marx nos Grundrisse, evidencia-se como o trabalho imediato perde-se no processo de trabalho, e nota-se um processo crescente de socialização do processo produtivo, onde o produto total é realizado por associação das diversas partes que vai desde o trabalho intelectualizado na pesquisa de inovação até a montagem do produto final na ponta.

Muitos dos críticos associam a categoria trabalho com o de trabalho manual fabril, como se pode constatar trata-se de equívoco crasso, ou seja, reduzindo o trabalho, lato senso, a trabalho manual, a fim de decretar a sua superação. Vale ressaltar também que ciência também é trabalho, isto num sentido mais amplo como será indicado mais a frente. O homem jamais poderá prescindir do trabalho seja a forma concreta que este venha a adquirir, pois somente transformando a natureza é que ele poderá existir.

CONCLUSÃO

Este breve artigo tentou, em brevíssimas páginas, resgatar a importância da categoria trabalho como instrumental de análise do mundo dos homens. Percebe-se que esta categoria encontra-se mais viva do que nunca. Antes de tudo o trabalho como categoria ontológica é algo que o homem jamais poderá prescindir. Pois o homem para a sua existência deve relacionar-se com a natureza no sentido de obter os recursos materiais de que necessita.

Outro aspecto da categoria trabalho refere-se à economia política, procurou-se demonstrar que o trabalho é o fundamento de toda a forma riqueza do capitalismo. Riqueza esta representada pelo mundo das mercadorias que escondem por trás de si o

valor como forma específica de riqueza, que depende da riqueza material , mas dela se distingue. O fundamento do valor seria o trabalho como foi exposto, trabalho no sentido de força humana em geral, desprovido de suas formas naturais e concretas.

Por fim, apontou-se a crise que se passa a categoria trabalho no mundo atualmente, apontando-se as metamorfoses que atravessa essa categoria. Chega-se a conclusão que só aparentemente há uma crise da categoria trabalho, pois só aparência o trabalho vem modificando-se, na essência continua como condição da existência humana. Apenas nas formas de expressão do trabalho é que se modifica e se atualiza. Além, vive-se na sociedade onde , ainda, o modo de produção é capitalista, que como se evidenciou o fundamento de sua riqueza é o trabalho abstrato privado ou humano em geral.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antunes, Ricardo. Adeus ao Trabalho? São Paulo: Editora Cortez, 13ª edição, 2008.

Carcanholo, Reinaldo (org.). Capital essência e aparência, vol.1, São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª edição, 2011.

Hobsbawn, Eric J.. História do Marxismo, vol. II. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2ª edição, 1986.

Grespan, Jorge. Karl Marx, A mercadoria. São Paulo. Editora Ática, 2006.

Lessa, Sérgio e Tonet, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. São Paulo. Editora Expressão Popular, 1ª edição, 2008.

Marx, Karl. Contribuição à Crítica da Economia Política. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2ª edição, 2008.

_____. O Capital, Livro 1, vol. 1. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 22ª edição, 2008.

Rosdolsky, Roman. Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx. Rio de Janeiro. Editora Contraponto, 2001.

Tabosa, Adriana S.. A igualdade e a comensurabilidade nas trocas em Aristóteles. In: Polymatheia- Revista de Filosofia, vol. III, nº4, 2007, p. 185-200.